



**Universidade:  
presente!**

**UFRGS**  
PROPEAQ



**XXXI SIC**

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2019
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	O encarceramento de presas políticas no Presídio Feminino Madre Pelletier durante a ditadura civil-militar brasileira (1969-1979)
<b>Autor</b>	MARIA EDUARDA MAGRO
<b>Orientador</b>	TEMISTOCLES AMERICO CORREA CEZAR

# **O ENCARCERAMENTO DE PRESAS POLÍTICAS NO PRESÍDIO FEMININO MADRE PELLETIER DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1969-1979)**

Autora: **Maria Eduarda Magro**

Orientador: **Temístocles Cezar**

Instituição: **UFRGS**

“Uma das freiras (...) me confessou que ia rezar na capela toda vez que o DOPS me levava, porque, segundo eles diziam, eu estava condenada a morrer”, escreveu Ignez Serpa Ramminger, em 1998, no relato de sua prisão anexado ao processo de indenização movido em âmbito estadual<sup>1</sup>. Em 2016, o mesmo presídio a que Ignez se referia - o Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier - foi identificado com uma placa do projeto “Marcas da Memória”, responsável por demarcar locais onde se praticou tortura e repressão durante a ditadura civil-militar brasileira. Entre outros espaços demarcados pelo projeto na cidade de Porto Alegre, como o Presídio Central, o Palácio da Polícia e o Dopinha, o Madre Pelletier é o único que abrigou exclusivamente mulheres durante a ditadura – e também aquele sobre o qual as produções acadêmicas são mais escassas, para não dizer raras.

A partir do estudo de caso do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier, o presente trabalho propõe-se a contribuir para suprir essas lacunas, no que diz respeito ao estudo do encarceramento de presas políticas em Porto Alegre durante a ditadura civil-militar brasileira. Para tanto, partimos da análise dos processos de indenização movidos por essas mulheres contra o Estado do Rio Grande do Sul, no âmbito da Lei nº 11.042/97, com especial atenção aos relatos de prisão redigidos pelas próprias ou por seus advogados. Com o mapeamento das presas políticas que lá estiveram encarceradas, buscamos compreender como o Presídio Madre Pelletier constituiu-se enquanto parte do aparato repressivo do Estado. Investigamos também qual era o tratamento dispensado às presas políticas, atentando para a violação de direitos humanos, típica do terrorismo de Estado. Para tanto, devemos levar em consideração a multiplicidade de sujeitos em convivência: presas políticas, as chamadas “presas comuns”, as freiras (administradoras do presídio), os delegados (que realizavam visitas esporádicas às celas das presas políticas), as agentes penitenciárias, os soldados (que as vigiavam durante a noite), atentando para os paradoxos, complexidades e tensionamentos dessas relações. Interessa-nos, ainda, compreender a extensão das formas de violação às militantes, específicas do ambiente carcerário.

A pesquisa de iniciação científica, ainda em desenvolvimento e vinculada ao Laboratório de Estudos dos Usos Políticos do Passado (LUPPA), é atravessada por contribuições de Joan Scott (1990), Michel Foucault (1998, 2017), Erving Goffman (2015) e Angela Davis (2018). Na apresentação ao XXI Salão de Iniciação Científica da UFRGS, serão expostas as reflexões teóricas e metodológicas empreendidas até o momento, considerando os doze processos de indenização analisados.

---

<sup>1</sup> Processo de indenização nº 6847-1200/98-0, Fundo Comissão Especial de Indenização, disponível no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.